



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Administrativa

Opcao de Cargo A01, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
 - Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
 - Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

Maioridade penal

Foi brutal o assassinato do casal de namorados Liana Friedenbach e Felipe Caffé, em São Paulo. Nada justifica um crime dessa natureza. O país está chocado. A participação de um menor no delito torna o caso ainda mais dramático. A pergunta está nas ruas: não seria o caso de reduzir a maioridade penal?

De acordo com pesquisa realizada, antes do crime, a pedido da Ordem dos Advogados do Brasil, 89% dos brasileiros são favoráveis à redução da idade-limite para 16 anos. É natural que o cidadão, acuado pela obscena violência que o cerca, concorde com tudo o que soe como solução drástica para o problema. O Estado, contudo, deve agir racionalmente. A redução da maioridade, em primeiro lugar, fere o princípio, consagrado no Direito brasileiro, de que o jovem é um ser em formação. O adolescente pode e deve ser punido pelo que faz de errado, mas a sanção precisa ter caráter predominantemente educativo. É absolutamente falso afirmar que a legislação não pune menores. A maior pena a que eles podem ser condenados é de três anos. É verdade que o caráter pedagógico da punição raramente se verifica. Não são tão diferentes as condições desumanas de nossos presídios e das unidades da Febem.

Que isso seja assim não justifica o abandono do princípio. Mesmo porque não será reduzindo a maioridade penal que o envolvimento de jovens em crimes deixará de existir. Parte da criminalidade juvenil pode ser explicada pelo fato de organizações criminosas se utilizarem de menores (e sua suposta impunidade) para “puxar o gatilho” no lugar de adultos. Nada impedirá que os bandidos passem a recrutar um contingente mais jovem, de quase crianças – o que, aliás, já ocorre em algumas situações. O que fazer então? Reduzir ainda mais a maioridade penal? Para 15, 14, 10 anos de idade?

Combater a criminalidade, seja ela juvenil ou não, exigirá, além da necessária repressão policial, uma profunda reformulação das instituições e políticas públicas de segurança. É igualmente indispensável promover a inclusão social com mais educação e alternativas de trabalho. Não será encarcerando adolescentes e crianças, mas oferecendo-lhes condições para escapar da criminalidade, que esse triste panorama poderá mudar.

(Folha de S. Paulo, editorial, 13/11/2003)

1. O redator desse editorial julga que a maioridade penal
- (A) deve ser reduzida apenas para o caso específico de participação do jovem em delito brutal e injustificável, tal como o referido no primeiro parágrafo.
 - (B) não deve ser de modo algum reduzida, uma vez que os menores encarcerados deixam de receber orientação pedagógica, equiparando-se aos presos comuns.
 - (C) deve ser mantida nos termos da legislação em vigor, atentando-se para o caráter educativo das sanções, negligenciado na maioria dos casos.
 - (D) deve ser mantida nos termos da legislação em vigor, resguardando-se as ações pedagógicas que vêm caracterizando a aplicação das sanções.
 - (E) não deve ser de modo algum reduzida, pois haveria dificuldades na tramitação de uma lei que fere um princípio já consagrado no Direito brasileiro.

2. Considerando-se as controvérsias acerca da redução da maioria penal, manifesta-se no texto, explícita ou implicitamente, uma relação antitética entre
- I. a opinião do editorialista e a opinião da maioria dos brasileiros.
 - II. a posição da Ordem dos Advogados do Brasil e a posição do Estado.
 - III. o modo de avaliação do cidadão comum e o modo que cabe ao Estado.
- Completa corretamente o enunciado APENAS o que está em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) I e III.

3. A precisa convicção de que *não será reduzindo a maioridade penal que o envolvimento de jovens em crimes deixará de existir* é defendida com o seguinte argumento:
- (A) o recrutamento de menores para a prática de crimes só será incrementado, a curto prazo, se ocorrerem medidas que visem à inclusão social.
 - (B) o recrutamento de menores, promovido pelos bandidos, passaria a ocorrer em faixas de idade ainda mais reduzida.
 - (C) as soluções drásticas, ditadas pelo clima de emoção, contrariam o princípio da racionalidade, que é básico no Direito.
 - (D) todas as crianças infratoras passariam a ser encarceradas na Febem, recebendo os mesmos tratamentos que sofrem os criminosos nos presídios.
 - (E) todas as crianças infratoras perderiam de vez o direito à assistência pedagógica, deixando de ser reconhecidas como seres em formação.

4. O segmento do texto em que o termo sublinhado está empregado de acordo com uma acepção indicada em dicionários é:
- (A) *acuado pela obscena violência* = que choca pela vulgaridade, pela crueldade.
 - (B) *torna o caso ainda mais dramático* = repleto de peripécias, de aventuras.
 - (C) *ferir o princípio* = tocar, tanger.
 - (D) *recrutar um contingente mais jovem* = fortuito, aleatório.
 - (E) *o caráter pedagógico da punição* = feitiço moral.

5. Transpondo-se para a voz passiva a frase *Nada impedirá que os bandidos passem a recrutar um contingente mais jovem*, o segmento sublinhado ficará
- (A) os bandidos passarão a ter recrutado um contingente mais jovem.
 - (B) um contingente mais jovem será recrutado pelos bandidos.
 - (C) um contingente mais jovem passasse a ser recrutado pelos bandidos.
 - (D) um contingente mais jovem passe a ser recrutado pelos bandidos.
 - (E) os bandidos passem a ser recrutados por um contingente mais jovem.

6. É adequada a articulação entre os tempos verbais na frase:
- (A) O adolescente poderia e devesse ser punido pelo que faria de errado, mas a sanção precisava ter caráter predominantemente educativo.
- (B) A pergunta estava nas ruas: não teria sido o caso de que venha a se reduzir a maioridade penal?
- (C) Mesmo porque não é reduzindo a maioridade penal que o envolvimento de jovens em crimes terá deixado de existir.
- (D) Seria natural que o cidadão, acuado pela obscena violência que o cercar, concorde com tudo o que soasse como solução drástica para o problema.
- (E) Nada haveria de impedir que os bandidos passassem a recrutar um contingente mais jovem, o que, aliás, já vem ocorrendo em algumas situações.
-
7. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:
- (A) Deduz-se do texto duas afirmações: é a minoria dos cidadãos que agem com racionalidade; a formação dos adolescentes, infratores ou não, constituem um dever do Estado.
- (B) Deduzem-se do texto duas afirmações: é a minoria dos cidadãos que age com racionalidade; a formação dos adolescentes, infratores ou não, constitui um dever do Estado.
- (C) Deduzem-se do texto duas afirmações: a minoria dos cidadãos é quem agem com racionalidade; a formação dos adolescentes, infratores ou não, devem constituir um dos deveres do Estado.
- (D) Deduz-se do texto duas afirmações: a minoria dos cidadãos age com racionalidade; cabe ao Estado cuidar da formação dos adolescentes, tratem-se de infratores ou não.
- (E) Deduzem-se do texto duas afirmações: é a minoria dos cidadãos que agem com racionalidade; quanto ao Estado, estão entre os seus deveres a formação dos adolescentes, infratores ou não.
-
8. Está clara, coerente e correta a redação do seguinte período:
- (A) É função de um editorial representar a opinião do periódico, razão pela qual não costumam vir assinados, mesmo quando se aborde questões polêmicas como a tratada no texto.
- (B) É sabido que o recrutamento de jovens delinquentes oferece como causa a minoridade penal, que se determina por um tratamento mais brando, ao contrário do que seria dispensado a aqueles mesmos que os recrutaram.
- (C) A necessidade de se promoverem políticas públicas de inclusão social não pode ser esquecida, no momento em que se debatem as complexas questões atinentes à redução da maioridade penal.
- (D) Ainda que venham a ocorrer proximamente, a profunda reformulação das instituições e políticas públicas de segurança, nada nos garante que seus efeitos se processariam a despeito de uma indejável morosidade.
- (E) Convocados para “puxar o gatilho”, os jovens são regimentados por bandidos que disso se aproveitam para auferir o benefício das sanções mais brandas, previstas para quem está abaixo da maioridade penal.
-
9. Não será encarcerando adolescentes e crianças, mas oferecendo-lhes condições para escapar da criminalidade, que esse triste panorama poderá mudar.
- Mantém-se, com correção e clareza, o sentido da frase acima, em:
- (A) Não será encarcerando adolescentes e crianças que esse triste panorama poderá mudar; é preciso oferecer-lhes condições para escapar da criminalidade.
- (B) Oferecendo condições para escapar da criminalidade, e não encarcerando adolescentes e crianças, é que esse triste panorama poderá mudar.
- (C) Esse triste panorama não poderá mudar sem lhes oferecer condições para escapar da criminalidade, simplesmente encarcerando adolescentes e crianças.
- (D) Não será encarcerando adolescentes e crianças, sem que se lhes ofereça condições para escapar da criminalidade, que deixarão de mudar esse triste panorama.
- (E) Não encarcerar adolescentes e crianças, a menos que se lhes ofereça condições para escapar da criminalidade: eis o que é preciso para esse triste panorama mudar.
-
10. Está correto o emprego de **ambas** as expressões sublinhadas na frase:
- (A) Os delitos onde ocorre a participação de menores costumam causar maior escândalo diante da opinião pública.
- (B) A mais grave sanção à qual se pode estender a um menor é a de reclusão, cujo o período máximo é o de três anos.
- (C) A atividade criminosa, pela qual muitos menores são compelidos, é promovida por maiores de idade, com os quais a penalização é muito mais severa.
- (D) Se a repressão policial é uma medida da qual não se pode abrir mão, a inclusão social é um desafio para o qual não se pode fazer vista grossa.
- (E) A redução da maioridade penal, na qual há tantos defensores, pode ser uma medida inócua, pela qual muitos venham a se arrepender.
-
11. O elemento sublinhado tem, no contexto da frase em que se apresenta, o mesmo sentido da expressão entre parênteses, em:
- (A) Combater a criminalidade, seja ela juvenil ou não, exigirá uma profunda reformulação das instituições e políticas públicas de segurança. (**conquanto possa ser juvenil**)
- (B) Que isso seja assim não justifica o abandono do princípio. (**mesmo que assim seja**)
- (C) Mesmo porque não será reduzindo a maioridade penal que o envolvimento de jovens em crimes deixará de existir. (**não obstante isso**)
- (D) É igualmente indispensável promover a inclusão social com mais educação e alternativas de trabalho. (**impõe-se assim estar promovendo**)
- (E) Nada impedirá que os bandidos passem a recrutar um contingente mais jovem, de quase crianças – o que, aliás, já ocorre em algumas situações. (**fato que, seja dito**)

<p>12. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas no contexto da frase:</p> <p>(A) Deteriam-se os jovens infratores no caso de que visse a ser reduzida a maioria penal, ou, pelo contrário, haveria-se de aumentar ainda mais esse tenebroso contingente?</p> <p>(B) Tudo o que advier das medidas que se impõem no âmbito da educação concorrerá para a inclusão social desses jovens, providência que não mais se pode procrastinar.</p> <p>(C) Inclue-se, entre as medidas a serem tomadas, a habilitação profissional dos jovens carentes, para que todos nos redimamos do abandono a que os vimos relegando.</p> <p>(D) Os delitos dos jovens não provêm do nada; enraízam-se no solo fértil da criminalidade, num país em que tantas vezes o delinqüente impune vira astro da mídia.</p> <p>(E) A menos que se refrêem as ações dos bandidos adultos, os jovens desamparados haverão de encontrar arrimo em quem os alicie para as práticas criminosas.</p>	<p>15. Ambos os verbos indicados entre parênteses adotarão obrigatoriamente uma forma do plural para preencherem, de modo correto, as lacunas da frase:</p> <p>(A) Não se (dever) esperar das autoridades policiais qualquer medida que combata na raiz as causas que qualquer um de nós (poder) atribuir às omissões da sociedade.</p> <p>(B) Para fatos brutais, como o assassinato do casal de namorados, não (concorrer) causa isolada, ou aleatória; o que os (motivar) é um conjunto de fatores sociais.</p> <p>(C) Quando a todos (convir) eliminar de vez a violência, a todos (sensibilizar) a adoção de reformas profundas na vida social.</p> <p>(D) Mesmo se (vir) a se reduzir pela metade, os índices de violência (haver) de refletir um quadro absolutamente escandaloso.</p> <p>(E) Parece que já não nos (impressionar), a nós todos, tal estatística de violências banalizadas; será preciso que nos (alcançar), a cada um de nós, a dor da tragédia?</p>
<p>13. Quanto à observância da necessidade do sinal de crase, está inteiramente correto o seguinte período:</p> <p>(A) Se à boa parte de nossa imprensa interessa a divulgação de crimes cometidos por jovens, somente a uma pequena parcela dos jornalistas interessa a discussão das questões que se ligam à essa faixa de delinqüência.</p> <p>(B) Não convém à parcela mais privilegiada da sociedade imaginar-se imune à toda e qualquer modalidade de tragédia; a violência a atingirá, a despeito das guaritas, dos portões eletrônicos, dos vigias a postos.</p> <p>(C) Todo jovem infrator, tenha ou não consciência disso, aspira à inclusão social, quer ascender a posições mais dignas, elevar-se a uma condição semelhante àquela em que vivem os jovens da classe média.</p> <p>(D) Muito se comenta, a boca pequena, a respeito da vantagem da pena de morte, extensiva a criminalidade juvenil, à despeito do que reza o Estatuto da Criança e do Adolescente, que convoca todos os setores sociais à tarefa da formação integral dos jovens.</p> <p>(E) Não se impute a polícia à situação de violência em que vivemos; se falta àquela participação maior no combate a criminalidade, falta à adolescência pobre qualquer sinalização de efetiva dedicação das autoridades à solução dos problemas.</p>	<p>16. NÃO é um tipo de <i>hardware</i> considerado como dispositivo multimídia:</p> <p>(A) placa de captura de vídeo.</p> <p>(B) placa de som.</p> <p>(C) caixas acústicas.</p> <p>(D) <i>scanner</i>.</p> <p>(E) microfone.</p>
<p>14. Considerando-se o contexto da frase dada, tem sentido causal o segmento sublinhado em:</p> <p>(A) É natural que o cidadão, <u>acuado pela obscena violência que o cerca</u>, concorde com tudo o que soe como solução drástica para o problema.</p> <p>(B) A participação de um menor no delito <u>torna o caso ainda mais dramático</u>.</p> <p>(C) Que isso seja assim <u>não justifica o abandono do princípio</u>.</p> <p>(D) Nada impedirá <u>que os bandidos passem a recrutar um contingente mais jovem</u>.</p> <p>(E) Mesmo porque não será reduzindo a maioria penal <u>que o envolvimento de jovens em crimes deixará de existir</u>.</p>	<p>17. Na troca de mensagens pela Internet, entre dois usuários de empresas diferentes, os servidores Web responsáveis pela comunicação estão localizados</p> <p>(A) nos computadores dos provedores de acesso.</p> <p>(B) nos computadores da Intranet de cada empresa.</p> <p>(C) nos computadores dos usuários envolvidos.</p> <p>(D) no computador do usuário remetente.</p> <p>(E) no computador do usuário destinatário.</p> <p>18. Para acessar mais rapidamente arquivos ou pastas pode-se utilizar, na área de trabalho do Windows, ícones de atalho identificados</p> <p>(A) com o formato de uma pasta aberta.</p> <p>(B) com o desenho de uma lupa sobre os ícones.</p> <p>(C) com uma seta no canto inferior esquerdo.</p> <p>(D) por uma figura única que representa atalho.</p> <p>(E) necessariamente com a palavra <i>atalho</i>.</p> <p>19. O comando "desfazer", utilizado pelos editores de texto, normalmente executa a operação de</p> <p>(A) apagar caracteres, por meio das teclas <i>delete</i> ou <i>backspace</i>.</p> <p>(B) apagar caracteres, somente por meio da tecla <i>delete</i>.</p> <p>(C) apagar caracteres, somente por meio da tecla <i>backspace</i>.</p> <p>(D) substituir a última ação realizada.</p> <p>(E) voltar às ações realizadas.</p> <p>20. Dadas as células de uma planilha eletrônica:</p> <p>A1 = 8, B1 = 32 e C1 = 4</p> <p>O valor resultante na célula D1, que contém a fórmula $A1+B1/C1^2$, será</p> <p>(A) 2,5</p> <p>(B) 10</p> <p>(C) 72</p> <p>(D) 100</p> <p>(E) 256</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Em matéria de espécies de atos administrativos, no tocante ao seu conteúdo, considere as seguintes situações:

- I. Licença para estabelecimento bancário construir uma agência e logo em seguida colocá-la em funcionamento.
- II. Município desapropria imóveis com a finalidade de abertura e alargamento de via pública.
- III. Presidente da República atribui diplomas e medalhas, assim como títulos honoríficos a certas celebridades.

Nesses casos estão presentes, de regra, as tipologias procedimentais, denominadas, respectivamente, de providimentos

- (A) concessivos, autorizatórios e declaratórios.
- (B) ablatórios, condenatórios e permissivos.
- (C) permissivos, constitutivos e autorizatórios.
- (D) constitutivos, permissivos e ablatórios.
- (E) autorizatórios, ablatórios e concessivos.

22. Luiz Carlos, analista judiciário do Tribunal Regional do Trabalho, pretende afastamento para estudo no exterior. Nesse caso, deverá ser atendido, dentre outros requisitos, o de que

- (A) a autorização para esse afastamento deve ser dada pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, com o referendo do Ministro da Justiça.
- (B) sua ausência não poderá exceder a 4 (quatro) anos e, findo o estudo, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência.
- (C) as condições e formas para a autorização desse afastamento ficam ao critério do respectivo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.
- (D) o período de afastamento será de 2 (dois) anos, prorrogável por mais 2 (dois), e por uma única vez, vedada nova ausência.
- (E) o servidor beneficiário poderá obter exoneração durante o período de estudo, ficando desobrigado de restituir as despesas havidas com o afastamento.

23. No que diz respeito à motivação dos atos administrativos, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos no processo administrativo, é INCORRETO afirmar que essa motivação será obrigatória, entre outros casos, quando

- (A) declare a inexigibilidade de processo licitatório.
- (B) importe em convalidação de ato administrativo.
- (C) imponha deveres e encargos.
- (D) implique o ato de nomeação de um servidor.
- (E) decida processo administrativo de seleção pública.

24. Em matéria de licitações, entre os requisitos do julgamento das propostas, encontra-se o de que ele será objetivo, devendo ser realizado em conformidade com os tipos de licitação, exceto na modalidade de "concurso". Dessa forma, é certo afirmar que os tipos de

- (A) "menor preço" ou "oferta" serão utilizados para contratações de bens e serviços de informática, inclusive trabalhos relacionados a projetos básicos.
- (B) "técnica e preço" ou "maior lance" serão destinados às hipóteses em que o licitante apresentar proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço.
- (C) "melhor técnica" ou "técnica e preço" serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual.
- (D) "maior lance" ou "oferta" serão feitos para as hipóteses de engenharia consultiva em geral e elaboração de projetos e cálculos.
- (E) "melhor técnica" ou "preço" serão feitos para os casos de alienação de bens móveis ou imóveis e concessão de direito real de uso, observando-se o interesse público.

25. Considere as situações para os fins da Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I. A despesa corrente derivada de lei, medida provisória, ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios, é considerada despesa obrigatória de caráter continuado.
- II. O somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, com as deduções previstas em lei constituem a renúncia de receita.
- III. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda, também, o limite de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.
- IV. A anistia, a remissão, o subsídio, o crédito presumido, a concessão de isenção de caráter não geral, as modificações da base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, entre outros, constituem a receita corrente líquida.

São corretas APENAS

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II e IV.
- (E) II, III e IV.

26. A cidade de Tabajara, tendo sofrido várias enchentes e desmoronamentos decorrentes de tempestades, ficou em estado de calamidade pública. Rafael, na qualidade de Prefeito desse Município, constatou que a despesa para esse evento não fora computada na Lei de Orçamento. Nesse caso, o Chefe do Executivo poderá utilizar-se de créditos adicionais

- (A) suplementares, por mero ato administrativo.
- (B) especiais e sem qualquer formalidade.
- (C) extraordinários, mediante decreto.
- (D) inominados, em razão da urgência e gravidade.
- (E) de inversões financeiras do setor de contabilidade.

<p>27. Na noite de ontem, Alcione passava por uma rua e ouviu gritos de socorro de uma mulher que estava sendo esfaqueada por um homem; buscou saber o que ocorria e o homem lhe informou que a mulher era sua esposa e que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”, proibindo-a de ingressar na casa. Nesse caso, Alcione</p> <p>(A) estava proibida de ingressar na casa pela vontade expressa do dono, visto que a casa é o asilo inviolável do indivíduo.</p> <p>(B) poderia ingressar na casa para prestar socorro à vítima, até porque um crime estava sendo praticado.</p> <p>(C) não poderia ingressar porque em casa alheia só se entra com ordem judicial expressa e escrita.</p> <p>(D) teria a faculdade de ingressar na casa, seja por haver o ficto consentimento da vítima, seja porque ali ocorria um desastre social.</p> <p>(E) não poderia ingressar na casa, visto que só a autoridade policial poderia fazê-lo, sempre com ordem judicial.</p>	<p>32. Quanto ao Vice-Presidente da República, considere o seguinte:</p> <p>I. Não poderá, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.</p> <p>II. Auxiliará o Presidente da República, sempre que por ele for convocado para missões especiais, além de exercer outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar.</p> <p>III. Assumirá a candidatura a Presidente da República quando seu companheiro de chapa falecer durante a disputa em segundo turno de votação.</p> <p>IV. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á nova eleição e os eleitos cumprirão quatro anos de mandato.</p> <p>São corretos APENAS os itens</p> <p>(A) III e IV.</p> <p>(B) II e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) I e II.</p>
<p>28. “A atividade administrativa não deve fazer acepção de pessoas, deve tratar a todos os administrados igualmente, visto que não ajuda nem prejudica terceiros. Essa atividade é imputada não ao servidor que age, mas ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual ele age”. O texto refere-se ao princípio da</p> <p>(A) legalidade.</p> <p>(B) moralidade.</p> <p>(C) eficiência.</p> <p>(D) publicidade.</p> <p>(E) impessoalidade.</p>	<p>33. Os quoruns pelos quais uma emenda constitucional e uma lei complementar são consideradas aprovadas são de, respectivamente,</p> <p>(A) maioria absoluta e maioria simples.</p> <p>(B) maioria absoluta e 3/5.</p> <p>(C) 3/5 e maioria simples.</p> <p>(D) 3/5 e maioria absoluta.</p> <p>(E) 3/4 e maioria simples.</p>
<p>29. De uma decisão do Tribunal de Contas da União resultou imputação de débito. Essa decisão</p> <p>(A) tem eficácia de título executivo.</p> <p>(B) é ilegal, porque o Tribunal de Contas da União não pode imputar débito.</p> <p>(C) vale apenas como recomendação ao órgão administrativo de onde as contas são oriundas.</p> <p>(D) é ineficaz, porque a única sanção que pode ser imposta pelo Tribunal de Contas da União é a multa.</p> <p>(E) deve ser obedecida, em quarenta e oito horas, sob pena de, imediatamente, serem penhorados bens bastantes para garantir a execução.</p>	<p>34. A escolha de magistrado para integrar o Tribunal Superior do Trabalho depende de</p> <p>(A) inclusão em lista tríplice elaborada pelos Ministros do TST, segundo os critérios de antiguidade e merecimento, escolha e aprovação pelo Órgão Especial do TST.</p> <p>(B) inclusão em lista tríplice elaborada pelos Ministros do TST, escolha e aprovação pelo STF.</p> <p>(C) inclusão em lista tríplice elaborada pelos Ministros do TST, escolha e nomeação pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado.</p> <p>(D) livre escolha do Presidente da República e aprovação pelo Congresso Nacional.</p> <p>(E) indicação do Órgão Especial do TST, aprovação do Ministério Público do Trabalho, escolha e nomeação pelo Presidente da República.</p>
<p>30. A Ação Declaratória de Constitucionalidade NÃO pode ser proposta</p> <p>(A) pelo Procurador-Geral da República.</p> <p>(B) pelo Presidente da República.</p> <p>(C) pela Mesa da Câmara dos Deputados.</p> <p>(D) pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.</p> <p>(E) pela Mesa do Senado Federal.</p>	
<p>31. “O Ministério Público só presta contas de seus atos à Constituição, às leis e à sua consciência. Os órgãos de administração superior podem editar recomendações sobre a atuação funcional, mas sempre sem caráter normativo”. Dentre os princípios institucionais que dão base ao Ministério Público, o texto refere-se ao princípio da</p> <p>(A) eficácia.</p> <p>(B) unidade.</p> <p>(C) independência funcional.</p> <p>(D) indivisibilidade.</p> <p>(E) moralidade.</p>	

<p>35. Considere:</p> <p>I. No sistema denominado “banco de horas”, instituído por força de acordo ou convenção coletiva do trabalho, é permitida a realização de trabalho suplementar sem a percepção do adicional correspondente.</p> <p>II. As variações de horário no registro de ponto serão computadas como jornada extraordinária quando excederem de 15 minutos diários.</p> <p>III. Os empregados em regime de tempo parcial não podem prestar horas extras.</p> <p>IV. Não havendo previsão expressa no acordo ou contrato coletivo do trabalho do adicional de horas extras da categoria, o trabalho suplementar será remunerado sem o respectivo adicional.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>	<p>38. No último trimestre do ano, um vendedor, remunerado exclusivamente à base de comissões, atingiu R\$ 180,00 no mês de outubro, R\$ 250,00 no mês de novembro e R\$ 330,00 no mês de dezembro. Nessa hipótese, receberá</p> <p>(A) em todos os meses, somente o valor das comissões a que fizer jus.</p> <p>(B) o valor do salário mínimo, mais as comissões a que fizer jus.</p> <p>(C) o salário mínimo no mês de outubro, podendo, no entanto, sofrer desconto, a título de compensação, nos meses subsequentes.</p> <p>(D) o salário mínimo no mês de outubro, podendo, no entanto, sofrer desconto, a título de compensação, por ocasião do pagamento do décimo terceiro salário.</p> <p>(E) o salário mínimo no mês de outubro, não podendo sofrer qualquer desconto em mês subsequente a título de compensação.</p>
<p>36. Durante o período aquisitivo do direito a férias, um empregado faltou 5 vezes ao serviço. Nesse caso, terá direito a férias de</p> <p>(A) 30 dias corridos, recebendo, também, o abono de 1/3.</p> <p>(B) 30 dias corridos, mas não receberá o abono de 1/3.</p> <p>(C) 25 dias corridos, recebendo, também, o abono de 1/3.</p> <p>(D) 25 dias corridos, sem o abono de 1/3.</p> <p>(E) 24 dias corridos, com o abono de 1/3.</p>	<p>39. Para efeito de justa causa de rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, a retenção de valores que pertencem à empresa, pelo empregado, bem como o descumprimento de ordens gerais configuram, respectivamente,</p> <p>(A) incontinência de conduta e indisciplina.</p> <p>(B) negociação habitual e mau procedimento.</p> <p>(C) improbidade e desídia.</p> <p>(D) improbidade e indisciplina.</p> <p>(E) mau procedimento e insubordinação.</p> <p>40. O empregado estável que é despedido imotivadamente tem direito</p> <p>(A) à readmissão, sem prejuízo do pagamento das verbas indenizatórias.</p> <p>(B) à reintegração e ao pagamento dos salários e demais vantagens do período de afastamento.</p> <p>(C) à reintegração e ao pagamento das verbas indenizatórias.</p> <p>(D) à readmissão, sem prejuízo do pagamento das verbas rescisórias.</p> <p>(E) ao pagamento das verbas indenizatórias em dobro.</p>
<p>37. São elementos caracterizadores do contrato individual de trabalho, além da prestação de serviços remunerados:</p> <p>(A) pessoalidade, não eventualidade e existência de contrato escrito.</p> <p>(B) pessoalidade, não eventualidade e subordinação jurídica.</p> <p>(C) pessoalidade, existência de contrato escrito e prazo indeterminado.</p> <p>(D) exclusividade, não eventualidade e subordinação jurídica.</p> <p>(E) exclusividade, autonomia e existência de contrato escrito.</p>	<p>41. Tendo celebrado conciliação perante a Comissão de Conciliação Prévia, da qual resultou o competente Termo de Conciliação, e diante do descumprimento do acordado pela empresa, deverá o empregado</p> <p>(A) interpor recurso perante a Comissão de Conciliação Prévia com assistência do Sindicato.</p> <p>(B) ajuizar reclamação trabalhista, tendo em vista que a Comissão de Conciliação Prévia não é órgão do Poder Judiciário.</p> <p>(C) ajuizar ação anulatória do termo de conciliação para, posteriormente, ajuizar reclamação trabalhista.</p> <p>(D) dar início à execução por meio de ação monitória, tendo em vista a existência de prova escrita, consubstanciada no termo de conciliação.</p> <p>(E) dar início à execução na forma prevista no artigo 876 da CLT, tendo em vista a existência de título executivo extrajudicial.</p>

<p>42. O direito processual comum</p> <p>(A) não é aplicável ao processo do trabalho.</p> <p>(B) tem aplicação apenas na parte em que favorece o reclamante.</p> <p>(C) pode ser aplicado, de forma alternativa, ao processo do trabalho.</p> <p>(D) é fonte subsidiária do direito processual do trabalho, naquilo em que não houver incompatibilidade.</p> <p>(E) é aplicado de forma irrestrita ao direito processual do trabalho.</p>	<p>47. Na execução trabalhista, o devedor tem o prazo de</p> <p>(A) cinco dias para interpor embargos à execução, contados da data da garantia do juízo ou da penhora.</p> <p>(B) cinco dias para interpor embargos de terceiro, contados da data da citação.</p> <p>(C) oito dias para interpor embargos à execução, contados da data da garantia do juízo ou da penhora.</p> <p>(D) oito dias para interpor embargos de terceiro, contados da data da citação.</p> <p>(E) quinze dias para interpor embargos à execução, contados da data da garantia do juízo ou da penhora.</p>
<p>43. A reclamação trabalhista apresentada pessoalmente pelo empregado</p> <p>(A) dispensa a qualificação do reclamante.</p> <p>(B) exige a assistência do Sindicato.</p> <p>(C) exige a nomeação de advogado dativo.</p> <p>(D) será feita obrigatoriamente por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho.</p> <p>(E) será reduzida a termo pelo escrivão ou chefe de Secretaria.</p>	<p>48. Considere:</p> <p>I. Cabe agravo de instrumento contra despacho que não receber agravo de petição.</p> <p>II. O julgamento do agravo de petição, quando se tratar de decisão do juiz de primeira instância, competirá a uma das Turmas do TRT.</p> <p>III. Cabe recurso ordinário das decisões interlocutórias, no processo do trabalho.</p> <p>IV. A divergência jurisprudencial entre Turmas do mesmo Tribunal Regional do Trabalho é pressuposto intrínseco do Recurso de Revista.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>
<p>44. O ajuizamento de reclamação trabalhista por empregado que tenha 17 (dezessete) anos e seja órfão de pai e mãe, exige</p> <p>(A) autorização expedida pelo Juizado de Menores.</p> <p>(B) a assistência de parente consanguíneo, maior de 18 anos, que assumirá o papel de responsável legal.</p> <p>(C) a assistência da Procuradoria da Justiça do Trabalho, do sindicato, do Ministério Público Estadual ou do curador nomeado em juízo.</p> <p>(D) o acompanhamento de advogado dativo, especialmente designado pela OAB.</p> <p>(E) que o empregado complete 18 anos, o que não trará qualquer prejuízo, uma vez que, contra o menor não corre qualquer prescrição.</p>	<p>49. Numa reclamação trabalhista em que as partes celebram acordo, as custas</p> <p>(A) não são cobradas.</p> <p>(B) são reduzidas a um terço.</p> <p>(C) são reduzidas pela metade.</p> <p>(D) são devidas em partes iguais pelo litigantes, se não houver estipulação diversa.</p> <p>(E) são atribuídas ao reclamante, que é considerado isento.</p>
<p>45. No processo trabalhista, há suspensão do feito na hipótese de serem opostas exceções de</p> <p>(A) incompetência e coisa julgada.</p> <p>(B) impedimento e coisa julgada.</p> <p>(C) suspeição e impedimento.</p> <p>(D) suspeição e incompetência.</p> <p>(E) coisa julgada e litispendência.</p>	<p>50. Tício é Juiz de Direito. Foi procurado por José, cidadão de sua Comarca, o qual lhe narrou ter emprestado R\$ 20.000,00 a João, que, no entanto, deixou de efetuar o pagamento na data do vencimento da dívida. Pediu-lhe providências para receber seu crédito. Tício</p> <p>(A) só poderá prestar tutela jurisdicional ao interessado se a requerer, nos casos e formas legais.</p> <p>(B) só poderá prestar tutela jurisdicional ao interessado se for pobre na acepção legal do termo.</p> <p>(C) poderá ordenar de ofício a instauração de procedimento de cobrança e a citação do devedor para pagamento.</p> <p>(D) poderá determinar a notificação do devedor para pagar em 24 horas, sob pena de penhora de bens.</p> <p>(E) só poderá prestar tutela jurisdicional ao interessado se a dívida estiver representada por cheque ou nota promissória.</p>
<p>46. A execução dos créditos previdenciários devidos em decorrência de decisão proferida em reclamação trabalhista será promovida</p> <p>(A) pelo INSS.</p> <p>(B) pelo próprio juiz da causa.</p> <p>(C) pelo reclamante.</p> <p>(D) pela reclamada.</p> <p>(E) pela Procuradoria da Justiça do Trabalho.</p>	

<p>51. O espólio, a massa falida e a herança jacente serão representados em juízo, ativa e passivamente, respectivamente por seu</p> <p>(A) curador, síndico e inventariante.</p> <p>(B) inventariante, síndico e curador.</p> <p>(C) síndico, inventariante e curador.</p> <p>(D) procurador, síndico e curador.</p> <p>(E) inventariante, síndico e procurador.</p>	<p>55. A respeito dos requisitos da petição inicial,</p> <p>I. deve o autor comprovar o domicílio e residência do réu, não bastando a simples indicação.</p> <p>II. a denominação errônea dada à ação é irrelevante, quando possível o seu julgamento sem mudança da causa de pedir ou do pedido.</p> <p>III. a especificação das provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados pode ser genérica.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>52. A respeito da sentença judicial, é INCORRETO afirmar que é defeso ao juiz</p> <p>(A) proferir sentença certa, ainda que decida relação jurídica condicional.</p> <p>(B) condenar o réu em quantidade superior a que lhe foi demandada.</p> <p>(C) proferir sentença ilíquida quando o autor tiver formulado pedido certo.</p> <p>(D) proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa do pedido.</p> <p>(E) condenar o réu em objeto diverso do que lhe foi demandado.</p>	<p>56. O Vereador que procura a autoridade judiciária para solicitar o retardamento da ordem de desocupação de imóvel ocupado por dezenas de invasores e familiares</p> <p>(A) comete o crime de advocacia administrativa por patrocinar interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de agente público.</p> <p>(B) comete o delito de prevaricação, por pretender retardar a prática de ato de ofício por parte da autoridade judiciária.</p> <p>(C) pratica o crime de advocacia administrativa qualificada, porque o interesse privado patrocinado é ilegítimo.</p> <p>(D) não comete crime de advocacia administrativa, por atuar em nome próprio, com o intuito de resolver problemas sociais.</p> <p>(E) pratica o delito de condescendência criminosa, por procurar proteger, ainda que por indulgência, autores de crime contra o patrimônio.</p>
<p>53. Paulo ajuizou ação ordinária de cobrança contra Pedro. Após a citação, Paulo percebeu que omitiu na petição inicial parte do pedido. Em vista disso, pleiteou em juízo, com a concordância de Pedro, a alteração do pedido. Essa alteração</p> <p>(A) fica ao exclusivo arbítrio judicial.</p> <p>(B) será permitida até a sentença de primeira instância.</p> <p>(C) só será permitida até o saneamento do processo.</p> <p>(D) será permitida em qualquer fase do processo.</p> <p>(E) não será permitida por já ter ocorrido a citação.</p>	<p>57. Ana é funcionária de uma repartição pública. Como o computador que utilizava estava com defeito, levou seu micro particular para seu local de trabalho a fim de usá-lo até que o defeito fosse reparado. À noite, João, funcionário público responsável pela segurança, se apropriou do micro de propriedade de Ana que estava na repartição e vendeu-o a terceiro. João</p> <p>(A) não cometeu crime de peculato porque se tratava de bem particular.</p> <p>(B) cometeu crime de peculato culposo.</p> <p>(C) cometeu crime de peculato doloso.</p> <p>(D) cometeu crime de peculato mediante erro de outrem.</p> <p>(E) cometeu crime de concussão.</p>
<p>54. A respeito da revelia, é INCORRETO afirmar que a falta de contestação não implica em reputar-se verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, se</p> <p>(A) o réu for Juiz de Direito ou advogado.</p> <p>(B) havendo pluralidade de réus, algum deles contestar o fato comum ao litisconsorte atuante e ao litisconsorte revel.</p> <p>(C) o litígio versar sobre direitos indisponíveis.</p> <p>(D) a petição inicial não estiver acompanhada do instrumento público, que a lei considere indispensável à prova do ato.</p> <p>(E) o réu tiver sido citado com hora certa e o curador apresentar contestação.</p>	

58. Considere:

- I. O funcionário público que está afastado de suas funções por férias, licença ou suspensão, não pode ser sujeito ativo do crime de corrupção passiva.
- II. O funcionário público nomeado por concurso público, mas que ainda não assumiu a função pública, mesmo em razão dela, não pode ser sujeito ativo do crime de corrupção passiva.
- III. Para caracterização do delito de corrupção passiva, é irrelevante que a solicitação da vantagem indevida seja feita por terceira pessoa.
- IV. A solicitação de vantagem indevida para a prática de ato legítimo configura o delito de corrupção passiva.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

59. A respeito do crime de prevaricação, é INCORRETO afirmar que

- (A) se caracteriza quando o ato de ofício deixa de ser praticado por negligência.
- (B) não se caracteriza se o ato de ofício refoge ao âmbito da competência funcional do servidor.
- (C) não se configura quando o ato que o funcionário deixou de praticar é discricionário, inexistindo norma legal que obrigue a sua prática.
- (D) se caracteriza mesmo que do ato praticado caiba recurso.
- (E) se caracteriza quando motivado por desejo de vingança.

60. NÃO se considera funcionário público, para os efeitos penais, o

- (A) funcionário de autarquia.
- (B) síndico de falência.
- (C) o que não recebe remuneração.
- (D) empregado de empresa pública.
- (E) guarda noturno.